

INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INFORMATIVO Nº 189/2024

TEOR DA SOLICITAÇÃO: Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do PROJETO DE LEI Nº 1.508/2024, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

SOLICITANTE: COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AUTOR: Mário Luis Gurgel de Souza
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Saúde,
Trabalho, Previdência, Assistência Social e Família

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.

1. SÍNTESE DA MATÉRIA

O projeto altera a Lei nº 9.263, de 1996, para tratar da Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida, e a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre o dever do Sistema Único de Saúde de garantir o acesso tempestivo a serviços de reprodução humana assistida, inclusive a criopreservação de óvulos, para mulheres em tratamento de câncer que possa afetar a sua fertilidade.

Na Comissão de Saúde, a matéria foi aprovada com três (03) emendas.

2. ANÁLISE

A proposta determina que, na ausência de disponibilidade na rede própria do SUS, sejam utilizados serviços de reprodução humana assistida ofertados pela iniciativa privada, o que cria nova obrigação. Prevê ainda que a Política seja financiada, nos termos de regulamento, por meio de recursos dos entes federados, respeitado o disposto na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, “que deverá contemplar todos os procedimentos executados nos serviços de reprodução humana assistida, em todos os níveis de atenção”. Em que pese o §1º do art. 198 da Constituição determinar que o financiamento da saúde seja compartilhado pelas três esferas, não há previsão para que regulamento decidir a participação de cada ente autônomo; justamente por isso a pactuação de responsabilidades e atribuições vem se desenvolvendo junto às comissões intergestores de saúde.

O PL nº 1.508/2024, prevê a alteração na Lei nº 11.664/2008, para assegurar o acesso tempestivo inclusive a serviços de criopreservação de óvulos para mulheres em tratamento de câncer que possa afetar a sua fertilidade. A inserção por lei de procedimento específico desnatura o modelo existente em que as novas tecnologias devem se submeter a processo de incorporação ao Sistema. Tal previsão cria/majora obrigações legais não amparadas pelas despesas já constantes do orçamento.

As mencionadas determinações extrapolam as atribuições e obrigações já existentes e geram despesas obrigatórias e permanentes, o que exige o atendimento do art. 17 LRF e do art. 132 da LDO 2024.

Emenda de Relator nº 03 – ajusta a redação ao §5º do art. 9º-A para **facultar** ao Poder Executivo recorrer aos serviços de reprodução humana assistida ofertados pela iniciativa privada quando as disponibilidades da rede própria do Sistema Único de Saúde forem insuficientes. Portanto, afasta a obrigação.

Emenda de Relator nº 04 - ajusta a redação ao §6º do art. 9º-A para delegar o financiamento da Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida à pactuação junto à Comissão Intergestores Tripartite. Logo, em consonância com a fixação de responsabilidades e obrigações do modelo atual.

Emenda de relator nº 05 – ajusta a redação do art. 2º da Lei nº 11.664/2008 para assegurar o acesso tempestivo a serviços de reprodução humana assistida para mulheres em tratamento de câncer que possa afetar a fertilidade; *desde que tal garantia esteja em conformidade com as tecnologias já incorporadas pelo SUS e com a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida*. Portanto, assegura tratamento que esteja devidamente incorporado ao sistema.

Emendas aprovadas na Comissão de Saúde (CS): as modificações aprovadas na CS ampliam as obrigações existentes, prevendo que o SUS assegure o acesso tempestivo a serviços de reprodução humana assistida não apenas a mulheres em tratamento de câncer, como também a mulheres com diagnóstico de endometriose que possa afetar a fertilidade.

3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 113 ADCT; art. 17 LRF; art. 132 da LDO 2024

4. RESUMO

O Projeto de Lei nº 1.508, de 2024, cria despesas obrigatórias e permanentes sem a devida estimativa e medidas de compensação.

Porém, as emendas de adequação apresentadas pelo relator afastam tais aspectos e adequam o escopo da proposta às obrigações constitucionais e legais que já regulam o Sistema Único de Saúde. Dessa forma, **com as mencionadas emendas de adequação, a matéria deixa de acarretar repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União.**

Entretanto, as 03 (três) emendas aprovadas na Comissão de Saúde ao Projeto de Lei nº 1.508, de 2024, ampliam as despesas obrigatórias e permanentes sem apresentar estimativa e medidas de compensação.

Brasília-DF, 9 de setembro de 2024.

Mário Luis Gurgel De Souza
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira